

Assessoria fonoaudiológica na escola: sob o efeito da escrita e sua aquisição

Carolina A. P. Barcellos* Regina M. Freire**

Resumo

Ao analisar criticamente o procedimento de triagem fonoaudiológica realizado nas escolas, o artigo recorta o erro na escrita e problematiza seu estatuto, alçando a vertente teórica do Interacionismo Brasileiro em Aquisição de Linguagem, que o toma como marca da posição do sujeito no discurso. A análise das posições discursivas do professor e do fonoaudiólogo diante da escrita de um aluno em processo de alfabetização permite um contraponto entre os sentidos que o professor, de sua posição de alfabetizador, e o fonoaudiólogo, de sua posição de assessor escolar, atribuem ao erro que se presentifica na escrita do aluno. A análise do que se manifesta sob a forma de erro permite sua releitura como indício do processo de aquisição da escrita, que pede apenas interpretação e não formas de superação. A experiência advinda dessa atividade dialógica entre professor e fonoaudiólogo permite o delineamento de alguns princípios teóricos que apontam a urgência do redirecionamento da atuação do fonoaudiólogo na escola.

Palavras-chave: assessoria; escrita; escola; fonoaudiologia; interacionismo; linguagem.

Abstract

Critically analyzing the procedure of the speech therapy selection accomplished at schools, the article cuts out the mistake of the writing and impeaches its rule, raising the theoretical thinking of the Brazilian Interactionism in Language Acquisition, which takes it as the standard of the subject position in the speech. The analysis of the teacher and the speech therapist positions in face of the writing of a student who is in the process of learning how to read and write, permits a comparison between the feelings that the teacher – from his position as an educator – and the speech therapist – from his position as a school adviser – assign to the mistake that occurs in the student's writing. The analysis of what appears as a mistake reassures its rereading as a trace of the process of writing acquisition which requires only interpretation and not overcoming ways. The experience resulting from this dialogic activity between teacher and speech therapist enables the outlining of some theoretical principles pointing out to the urgency of the shift in the speech therapist's performance at school.

Key-words: staff; written; school; phonologic; interactionism; language.

^{*} Mestre em Fonoaudiologia pela PUC-SP; docente do curso de Fonoaudiologia da Fatea-Lorena/SP; assessora escolar em Fonoaudiologia. ** Doutora em Psicologia da Educação e mestre em Lingüística Aplicada pela PUC-SP; professora titular do Programa de Estudos Pós-graduados em Fonoaudiologia e da Faculdade de Fonoaudiologia da PUC-SP.





Resumen

Analizando críticamente el procedimiento de triage auditivo en las escuelas, el artículo recorta el error de la escritura y lo pone en duda, apoyándose para eso en el pensamiento teórico del Interactionismo Brasileño en la Adquisición del Lenguaje, que lo toma como marca de la posición del sujeto en el discurso. El análisis de la discursividad del profesor y del fonoaudiólogo frente a la escritura de un alumno en el proceso de alfabetizaación, permite hacerse un contrapunto entre los sentidos que el profesor, desde su lugar de educador y, el fonoaudiólogo, de su lugar de asesor escolar, atribuyen al error que aparece en la escrita del alumno. El análisis de lo que se manifiesta bajo la forma de error permite su relectura como huella del proceso de adquisición de la escrita, que pide apenas interpretación y no modos de superación. La experiencia advenida de esta actividad dialógica entre el profesor y el fonoaudiólogo, permite diseñar algunos principios teóricos que señalan la urgencia de redimensionar el modo de actuar del fonoaudiólogo en el ámbito escolar.

Palabras clave: personal; escrito; escuela; interactionismo; lengua.

Introdução

A entrada da Fonoaudiologia nas escolas deveuse, em parte, à preocupação dos professores com o processo de alfabetização de seus alunos. O fonoaudiólogo, ao eleger a triagem escolar como o lugar privilegiado de seu fazer, acabou por fundamentar as incertezas que a escrita inicial provocava nos professores. Essas triagens, ao tomarem o erro na escrita da criança como sintoma de dificuldades de aprendizagem ou até mesmo de distúrbios de escrita, trouxeram como conseqüência uma onda de encaminhamentos de escolares para as clínicas fonoaudiológica, psicológica e psicopedagógica.

Atualmente, o fonoaudiólogo ampliou as suas possibilidades de atuação na escola e passou a integrar a equipe educacional como assessor, participando de reuniões de planejamento escolar e propondo um debate com essa equipe sobre as relações entre o processo de aquisição da escrita, o letramento¹, a alfabetização e os chamados distúrbios da leitura e da escrita. No entanto, o interesse dos professores também está nos erros que ocorrem na escrita dos alunos, trazendo de volta à cena a triagem fonoaudiológica, e em sua esteira, o encaminhamento de escolares para atendimento clínico.

Porém, partindo da afirmação de que há equívocos sustentando a atuação do fonoaudiólogo na escola, iremos, em um primeiro momento, questionar o procedimento de triagem fonoaudiológica e, em um segundo momento, problematizar o erro na escrita, com o intuito de desmistificá-lo como evidência de uma condição patológica. Nosso objetivo é apontar para uma outra forma de fazer Fonoaudiologia dentro da escola que se afaste do já estabelecido, justificá-la e indicar a amplitude de seu alcance.

A análise critica do procedimento de triagem fonoaudiológica na escola estará assentada sobre conhecimentos advindos da Lingüística, em especial da vertente teórica do Interacionismo Brasileiro. O erro presente na escrita infantil é tomado pelo Interacionismo como efeito do funcionamento da língua, que implica o movimento da criança diante do processo de sua constituição como sujeito na/da escrita

Para colocar em cena o erro em aquisição de escrita, apresentamos dados discursivos que materializam a situação de assessoria escolar fonoaudiológica, revelando a demanda do professor, suas concepções sobre o processo de alfabetização e o erro na escrita. Esses dados também revelam a

¹ Segundo Tfouni (1995, p. 9), " a alfabetização e o letramento são processos de aquisição de um sistema escrito (...) o letramento, por sua vez, focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição da escrita. Entre outros casos, procura estudar e descrever o que ocorre nas sociedades quando adotam um sistema de escitura de maneira restrita ou generalizada: procura ainda saber quais práticas psicossociais substituem as práticas 'letradas' em sociedades ágrafas. Desse modo, o letramento tem por objetivo investigar não somente quem é alfabetizado, mas também quem não é alfabetizado, e, nesse sentido, desligar-se de verificar o individual e centralizar-se no social".





posição da fonoaudióloga que está compromissada com o processo de aquisição de escrita, não com a busca de distúrbios de linguagem na escola.

Problematizar a demanda do professor e, em especial, o erro presente na escrita infantil re-direciona a atuação fonoaudiológica na escola, tirando de cena a triagem fonoaudiológica. Trata-se, em última instância, de aproximar o fonoaudiólogo da proposta educacional e distanciá-lo de dizeres e fazeres próprios da clínica.

A fonoaudiologia escolar: críticas preliminares

A Fonoaudiologia encontra-se em um momento de reflexão e revisão de sua origem, de seus fundamentos teóricos e de sua prática, ou seja, num repensar de seus alicerces teórico-metodológicos.

Regina Freire²

O procedimento de triagem fonoaudiológica é um dos possíveis responsáveis pela concepção que o professor e a escola têm sobre o erro na escrita do aluno, pelas razões que passamos a comentar.

Ao analisar a escrita da criança com o objetivo de acompanhar seu processo de alfabetização, o professor preocupa-se com os erros presentes nessa escrita. A proposta do fonoaudiólogo atuante na escola, desde trabalhos pioneiros e até hoje referendados, era detectar alunos com alterações fonoaudiológicas por meio da triagem fonoaudiológica.

Estudos organizados por Ferreira (1991) e Lagrotta (1997) contemplam a realização da triagem fonoaudiológica visando o posterior encaminhamento de alunos para o atendimento clínico fonoaudiológico e a realização de reuniões com pais e professores para revelar as dificuldades dos alunos. As triagens, nesses estudos, também são realizadas para que o fonoaudiólogo conheça a realidade da escola e realize ações preventivas, que evitem ou minimizem doenças fonoaudiológicas já existentes. Os estudos organizados pelas autoras fornecem espaço para a legitimação do procedimento de triagem fonoaudiológica nas escolas, cujo objetivo é identificar problemas fonoaudiológicos entre os alunos. Tais problemas são detectados por meio de testes, exames e avaliações,

que se assentam sob a concepção de erro como evidência de condição patológica, sem que o mesmo seja questionado.

Cabe ressaltar os estudos de Giroto (1999), que questiona o fato de o professor realizar o primeiro diagnóstico, ou melhor, ser o primeiro a rotular a criança, e o fonoaudiólogo escolar, na maioria das vezes, confirmar esse parecer e acabar por patologizar o aluno.

Sacaloski, Alavarsi e Guerra (2000) afirmam que o fonoaudiólogo atua na escola como assessor, participando do planejamento escolar e transmitindo informações e sugestões da área aos professores, e como consultor, orientando sobre os problemas detectados em triagens fonoaudiológicas.

Conforme relata Calheta (2001), o fonoaudiólogo, no contexto escolar, precisa desenvolver projetos de assessoria, o que a autora descreve como investigações da realidade da instituição escolar e ações junto aos educadores.

O trabalho de Mallmann (2001) propõe ênfase no procedimento de triagem fonoaudiológica, que corresponde a uma bateria de testes que verificam a linguagem oral e/ou escrita da criança. Após o levantamento das alterações fonoaudiológicas dos alunos, o fonoaudiólogo orienta os professores para que estes possam realizar atividades de estimulação para beneficiar o desenvolvimento dos alunos. O trabalho da autora privilegia os procedimentos de triagem fonoaudiológica e orientação, considerando o erro na linguagem oral/escrita como aspecto relevante.

Um outro estudo que contempla ações consideradas preventivas na escola é o de Souza (2002), cuja proposta objetiva, em um primeiro nível, a atuação na promoção da saúde por meio da orientação aos professores e pais com relação às etapas de desenvolvimento infantil, assim como pela realização de trabalhos de estimulação visando favorecer o desenvolvimento das habilidades necessárias para o aprendizado da leitura e escrita; no segundo nível, propõe atuar na escola por meio de triagens e avaliações, detectando assim, precocemente, as dificuldades surgidas no processo de aprendizagem e encaminhando o mais cedo possível ao atendimento clínico para promover a melhora; e, finalmente, no terceiro nível, a realização do atendimento fonoaudiológico em clínica particular.

² Texto "Patologia de Linguagem: uma nosologia" da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (s/d).





Essas propostas de atuação foram, sem dúvida, as primeiras possibilidades de inserção do fonoaudiólogo na escola, mas, diante dessas, muitas outras ainda estão por vir.

Por muito tempo, a formação do fonoaudiólogo norteou-se por uma visão de sujeito psicológico, cujo desenvolvimento é da ordem da cognição e encontra-se atrelado à concepção de períodos ou fases, organizadas por ordem de complexidade, que devem ser alcançadas e ultrapassadas em direção ao amadurecimento desse mesmo sujeito. Assim, um atraso no desenvolvimento poderia ocorrer devido a certas circunstâncias maturacionais ou ambientais. Nessa visão, a criança erra por não conhecer o seu objeto de conhecimento – a escrita – e esse não-saber sobre o objeto remete a alterações de ordem cognitiva e perceptual. Aqui não há espaço para o que é da ordem do lingüístico, pois este não teria autonomia; seu estatuto é reduzido à manifestação do domínio cognitivo.

Em função dessa visão de sujeito, deve-se ressaltar também que os procedimentos de triagem fonoaudiológica em escolas procuram homogeneizar e higienizar³ os dados de linguagem, ou seja, as triagens visam à categorização dos dados empíricos de linguagem e a consequente eliminação dos que não são categorizáveis. No entanto, são justamente esses dados que, por serem singulares e variáveis, pedem interpretação, marcam a subjetividade do falante/escriba e marcam seu percurso em relação à escrita.

O que é considerado nos procedimentos em questão são as formas materiais da linguagem – a fala e a escrita, interpretadas como manifestações de aspectos perceptuais, cognitivos, maturacionais, ambientais, entre outros. E o erro, por sua vez, que emerge nessas materialidades, especialmente na escrita, é entendido como evidência de uma alteração no processo de desenvolvimento de linguagem, ou mesmo como um desvio, que impede a criança de atingir o estatuto de sujeito letrado.

Após a finalização do procedimento de triagem fonoaudiológica, o aluno é encaminhado ao atendimento clínico fonoaudiológico, para que suas supostas inadequações relativas à linguagem – oral e/ou escrita – sejam enfim corrigidas, aproximando-o do padrão de normalidade. Dessa testagem a que os alunos são submetidos resulta uma conclusão inquestionável: a crença, para pais e professores, de que seus filhos/alunos falharam no processo de aquisição da escrita, devido a uma causa inerente a sua constituição. Cabe a esses pais e professores aguardarem a alta fonoaudiológica.

Para problematizar o erro supostamente indicativo de um distúrbio de leitura e de escrita, enfatizo o trabalho de Freire (1997), que analisa criticamente os aspectos, considerados, por outros autores, necessários para o ato de ler: percepção e discriminação de formas e sons, associação de sons com a aparência visual das letras, ligação de nomes com grupos de letras e significados com grupos de palavras, fatores auditivos, motores, visuais e de memória. Tais aspectos, elencados pela autora, perpassam o domínio orgânico/cognitivo, o que exclui a natureza simbólica e subjetiva da linguagem.

Freire salienta, nesse estudo, a questão do fracasso escolar, ou seus diversos termos parafrásicos (distúrbio de leitura e de escrita, dificuldades de leitura, problemas de aprendizagem, entre outros), que atribuem à escrita o estatuto patológico, cuja causa está relacionada à disfunção cerebral, ao atraso maturacional, às alterações inatas e/ou hereditárias.

A autora também afirma que o uso alternado de letras como B/P e outros pares mínimos⁴ não pode ser explicado do ponto de vista perceptual, mas indica que nesse momento da aquisição da escrita a contigüidade dessas letras permite entender ambas como formas alternativas de escrever o mesmo; o que ocorre também com erros considerados ortográficos, em que o sentido não é afetado para o autor (aluno).

Nesses momentos, em que a criança erra na escrita, podemos afirmar, com base na abordagem teórica do Interacionismo Brasileiro, que a criança ainda não foi totalmente assujeitada por essa modalidade do simbólico,⁵ pois somente após ser capturada pela linguagem é que a criança escreve como propõe a língua. Em outras palavras, à medida que

⁵ Para o Interacionismo Brasileiro, o sujeito é assujeitado pela linguagem do Outro, e este Outro é instância de funcionamento lingüístico-discursivo, é lugar de funcionamento da língua a ser constituída. Tal concepção teórica difere da noção de sujeito psicológico, citada no texto.



³ Termos utilizados por Lier-De Vitto (1994) em seus estudos sobre os monólogos da infância.

⁴ Os pares mínimos são fonemas que se distinguem por apenas um traço, de sonoridade, de ponto ou modo de articulação.



a criança for sendo aprisionada pela trama dessa modalidade do simbólico, a escrita, ela irá se distanciando da singularidade da sua escrita e se assemelhando àquela do adulto/da língua.

Freire (1997) relata dois fatos que levam a criança a se deslocar em relação a sua escrita: o primeiro deles é o efeito-leitor, ou seja, o fato de que o leitor sofre um efeito diverso do antecipado pela criança se a sua escrita não corresponder à forma padrão. O segundo deles é o efeito-leitura, ou seja, o fato de que, ao ler, a criança se depara com formas escritas que diferem da sua, embora signifiquem o mesmo, o que gera efeitos que a levam a se interrogar e a interrogar o outro, o intérprete da escrita padrão. Desta forma, é a interpretação da escrita que re-significa os chamados erros infantis e, aos poucos, assujeita a criança à ordem da língua, apagando os traços desse percurso de constituição.

De acordo com a autora, esse olhar sobre a escrita possibilita reconhecer o erro como indicador do efeito do funcionamento do texto escrito sobre a criança. Interpretar o texto infantil é uma forma de escutar a criança e ouvir o que ela tem a dizer sobre a escrita que a domina, e que, ilusoriamente, parece ser passível de ser dominada.

Freire conclui, nesse estudo, que o erro precisa ser visto como parte constitutiva do percurso de aquisição da escrita, e que não pode, isoladamente e fora do contexto clínico, ser tomado como indício de um distúrbio de leitura e de escrita.

A problematização do erro na escrita infantil

... erros são fragmentos que a orquestração dos eixos metafóricos e metonímicos faz aparecer ... erros estão submetidos à lei do funcionamento da língua.

Lier-De Vitto (1997 p. 29)

Uma das possibilidades da assessoria escolar fonoaudiológica, tal como aqui propomos, é ouvir a demanda do professor. Essa demanda, articulada à escrita de um aluno, será o suporte empírico de um processo de decifração que parte do erro como um indício do processo de aquisição da escrita.

Apresentamos a seguir o questionamento de uma professora sobre sua aluna da 2ª série do Ensino Fundamental, com o intuito de materializar a proposta de assessoria escolar fonoaudiológica.

Essa professora foi convidada e consentiu em participar deste estudo, levada pelo seu interesse em falar sobre uma aluna que, segundo seu próprio julgamento, apresenta dificuldades no processo de alfabetização. A situação empírica foi gravada, transcrita e transformada em dados discursivos.

A escrita da criança, à qual a professora se refere, também é apresentada neste estudo, pois contamos com a permissão dos pais. O termo de consentimento destinado aos pais da criança e à professora foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP.

A partir do registro escrito dessa transcrição, foi possível tematizar os vários dizeres da professora sobre uma aluna. E mais, a partir do registro transcrito da situação de assessoria escolar fonoaudiológica, a posição da assessora também foi analisada.

Durante a situação de que participaram ambos os profissionais, as formações discursivas dominantes nos dizeres da professora remetem a sua preocupação diante dos erros presentes na escrita de uma aluna. Já as formações discursivas da assessora afastam-na da posição de orientadora e a aproximam da posição de escuta da demanda da professora.

Análise de dados da interação dialógica entre fonoaudióloga e professora

F: Eu vejo que você trouxe o caderno de um aluno.
P: Eu trouxe o caderno da M. da 2ª série, que não tem trocas na fala, mas na escrita. Ela troca f/v, t/d, c/g, p/b, x/j. Esse material não está tão ruim, porque ela copiou. Mas se eu pedir para ela escrever um texto e eu for corrigir, tem hora que eu não entendo o que ela escreve, parece que está escrevendo em outra língua... supercomplicado. A letrinha dela também não ajuda muito.

A demanda da professora é marcada por sua preocupação com o erro na escrita de uma aluna. O erro é apontado como algo negativo, ruim, e que precisa ser superado, corrigido. A aparente ininteligibilidade da escrita da criança leva a professora a identificar essa escrita com outra língua.

F: Por que você acha que ela troca essas letras?

A assessora em Fonoaudiologia não inicia uma orientação à professora, pois sua posição nesse momento é de escuta diante da demanda que lhe che-



ga do outro. Como um dizer remete a outros e nesse deslizamento o sentido se manifesta, a pergunta da fonoaudióloga vai nesta direção.

P: Então, é só na escrita, ela é uma menina é dis..., é desatenta, acho que um pouco deve ser isto, né? Hoje mesmo ela errou tudo, errou até não poder mais. Tem dia que ela escreve tudo direitinho, tem dia que ela erra tudo, então alguma coisa também pode estar influenciando, não sei se é alguma coisa em casa, que eles não comentam, mas isso não me preocupa não, é uma família muito boa, a mãe é muito atenciosa, interessada, sabe, mas ela é muito... o irmão também é superdesatento, não sei, parece até educação, eles não conseguem concentrar mesmo.

A professora afirma que a criança comete erros na escrita devido à falta de atenção ou a problemas familiares, e diz que o irmão da criança também apresenta a característica de desatenção. Para a professora, o problema está na criança ou na família, por isso problematizar o erro junto à professora, em situações como essa, cabe à assessora. Para esta, a escrita é da ordem da língua e será analisada dentro dessa ordem em seu funcionamento.

F: como é a leitura da M.?

Mais uma vez, a assessora indaga à professora para que ela discorra sobre a sua demanda.

P: ela lê direitinho, ela não troca na leitura, mas a leitura dela não é uma leitura boa, sabe quando a pessoa lê gaguejando, é difícil de entender o que ela está lendo, mas na leitura ela não troca.

A professora utiliza o termo gaguejar para caracterizar/desqualificar a leitura da aluna que ela considera inadequada. A emergência desse termo, que faz sentido no universo clínico da fonoaudióloga, parece ter a ver com a especificidade de sua interlocutora. Por outro lado, cabe ressaltar que a escolha do termo acaba por trazer em si marcas da condição de patológico que a professora parece identificar nessa criança.

P: A professora da 1ª série conta que ela já tinha certa dificuldade mesmo na escrita, ela já veio com isso ... e nós indicamos para ela bastante leitura, para ela estar lendo bem, muito, para ela estar escrevendo melhor. Os alunos que têm mais dificuldade eu peço para eles lerem mais, depois contarem na frente o que leram, para a questão do ente-

dimento também. Mas o que a M. escreve é muito pouquinho. Ela tenta ser o mais breve possível em tudo o que ela faz, <u>não sei se ela já tem medo de errar.</u>

Para a professora, o problema da criança vem de um momento anterior, ou seja, desde o início do processo de alfabetização a criança já era considerada como quem apresenta dificuldades escolares e tem medo de errar.

P: Quando ela precisa ler alguma coisa e depois ela precisa contar pra mim o que ela leu, ela tem uma certa dificuldade de se expressar o que ela leu. F: Como é essa expressão?

P: Então, <u>ela não consegue coordenar o pensamento dela com a escrita</u>, sabe, você tem que ficar perguntando... ela sabe que ela sabe, mas ela tem dificuldade de expressar aquilo que ela sabe, tanto na fala como na escrita. Ela fala curtinho sabe, ela fala pouco. Ela procura ser o mais breve possível.

O discurso da professora é marcado por crenças de que o pensamento antecede a linguagem, sendo esta, portanto, a expressão do pensamento. Cabe à assessora em Fonoaudiologia debater com a professora sobre a natureza simbólica da linguagem e sua aquisição, tanto oral quanto escrita, para que assim a assessora possa contribuir para as atribuições de sentidos dos fenômenos analisados.

F: Você tem uma escrita da criança sem a sua correção?

P: O último texto que ela fez pra mim, eu até já entreguei, mas <u>ela errou até o nome dela, foi o que me chamou atenção. Mas o mais, ela com toda a dificuldade, ela tem muito boa vontade</u>... se a gente mandar voltar três vezes para ver o que você errou, vai ler pra mim o que você escreveu, às vezes, nem ela entende, ela prefere refazer o que ela fez. Ela é uma belezinha, muito meiguinha, um amor, sabe, tem essa vantagem, que dá pra trabalhar melhor com ela.

Ao falar sobre o erro na escrita da criança, emerge no discurso da professora uma marca lingüística – o diminutivo, que aponta para um dizer no sentido positivo em relação à criança, quando na verdade ela minimiza as dificuldades ou erros na escrita da aluna.

F: Me conta sobre uma atividade que vocês realizam em sala de aula?





P: Nós fizemos uma leitura de obras do Monteiro Lobato, eu li pra eles e depois eles teriam que me contar como se eu não soubesse. Até que ela escreveu direitinho, o sentido, deu pra entender, as palavras, alguma coisa estava errada. A parte de gramática, ela sabe, nós estamos separando sílaba, classificando sílaba, isso ela sabe bem, é a questão da troca na escrita.

Para falar sobre uma atividade de sala de aula, a professora retoma a sua preocupação com o erro da escrita da criança. Em nenhum momento da conversa a professora desloca sua concepção em relação ao erro na escrita, e a fonoaudióloga, em sua posição de escuta, ainda não promove esse deslocamento. Cabe, em um próximo encontro, ambos profissionais problematizarem o erro na escrita da criança em questão, o que poderá promover tal deslocamento da professora em relação à escrita da criança e em relação à própria criança.

Análise de dados da escrita de uma aluna

Apontamos anteriormente como a triagem fonoaudiológica é um procedimento problemático quando aborda o erro na escrita, e a seguir questionamos o estatuto do erro presente na escrita a partir do Interacionismo Brasileiro, abordagem teórica cujo objeto de estudo remete às explicações sobre a Aquisição de Linguagem.

Apresentamos a escrita da aluna a quem a professora se refere, fruto de uma solicitação aos alunos, em sala de aula, para que fizessem uma narrativa sobre um dado tema. A aluna, em questão, em um primeiro momento copia o que a professora escreveu na lousa e em seguida escreve seu texto. Os dois momentos encontram-se em anexo e são transcritos a seguir:

Monteiro Lobato criou vários personagens que viviam suas anturas no Sítio do **Piapal** amarelo. Estava uma narrativa, imaginado como seriam as aventuras dessas personagens no Sítio.

Não se esqueça de criar um problema bem interessante para a sua historia não se esqueça do título.

As diversoes

Pitrinho e naricinhi e dobenta sairo de carro e do nabenta falou:

 Petrinho você não esgaeseu de nada não vó eu não e você Naricinho não esqueceu de nada não entabom da quiabouco Petri e Naricinho falaram: - Vò eu esqueci mirroupa o que vò tiscupa eu esqueci de falar mas não esqueciachave mas sua bonequinha vó vò vò vò vò olho a petra eles bateram na pedra esua vò se firiu e sorte que estáva perto do espital e sua vò quebrou o braço e foram de taxi e quando nastacia fiu e falou:

– oque é iso do na Benta você quebrou o braço sim sim

E viveram felizes para sem Pre

A triagem fonoaudiológica tradicional detecta na escrita do aluno o erro que tanto preocupa o professor, de forma que os supostos erros na escrita da criança são legitimados a partir da comparação com a língua padrão. Dessa forma, a ocorrência de *Piapal*, em vez de pica-pau será avaliada como omissão grafêmica, e os usos de /d/ por /t/, /z/ por /s/ e /k/ por /g/ que se observam em: *Pitrinho, naricinhi* e *esgaeseu* serão consideradas trocas grafêmicas de natureza auditiva e visual. Pode-se prosseguir com esse tipo de análise, que não passa de mera descrição, e falar da falta de segmentação ou da repetição de palavras, da não diferenciação entre maiúsculas e minúsculas e assim sucessivamente.

A triagem fonoaudiológica poderia indicar para essa criança um atendimento clínico fonoaudiológico, visto que os erros presentes em sua escrita poderiam ser tomados como evidência de uma condição desviante na linguagem. Por isso, ao final dessa triagem fonoaudiológica, a criança seria encaminhada para uma terapia fonoaudiológica para que a alteração da escrita fosse superada.

Os estudos de aquisição da escrita a partir da proposta Interacionista negam justamente os pressupostos teóricos que apontam para uma análise pontual da escrita, ou seja, para uma análise de palavras isoladas, pois propõe um outro olhar diante da escrita e da criança. E para iniciar a problematização do erro na escrita dessa criança, voltamo-nos para os processos metafóricos e metonímicos que compõem as leis de funcionamento da linguagem (Lemos, 1992). Nos processos metafóricos, ocorrem substituições de significantes possíveis na língua, ou seja, significantes ausentes podem se colocar em presença no eixo da escrita, e nos processos metonímicos ocorre o encadeamento de significantes no eixo da contigüidade.

Na escrita, que é nosso objeto de análise, ocorrem encadeamentos de significantes no eixo da contigüidade ou metonímico, em outras palavras, no que está em presença na escrita: *Vò eu esqueci*



mirroupa o que vò tiscupa eu esqueci de falar, mas não esqueciachave mas sua bonequinha vó vò vò vò vò olho a petra.

Considerar os eixos metafórico e metonímico na análise da escrita dessa criança permite esclarecer, durante a assessoria escolar fonoaudiológica, os processos pelos quais o discurso – oral ou escrito – do Outro é constitutivo na/da escrita da criança. Esse saber pode sustentar um outro olhar sobre a função dos textos no processo de alfabetização, textos que indiciam um lugar de funcionamento da língua e geram efeitos lingüísticos sobre a criança, possibilitando o deslocamento da mesma em relação à própria escrita.

As segmentações que a criança realiza na escrita espontânea – da quiabouco; sem Pre – são padrões rítmicos e entonacionais presentes na oralidade. Nesse momento do processo de aquisição da escrita da criança, os espaços em branco parecem registrar as pausas reais da fala. Com isso, não queremos dizer que a escrita seja a representação da fala, mas que ambas – escrita e fala – são materialidades da mesma linguagem e obedecem a um mesmo funcionamento.

As re-elaborações (que se dão a ver na escrita original da criança) ocorrem na escrita da criança sob a forma de apagamentos (don por donbenta), inserções de novas palavras (a criança escreve a palavra *não* no mesmo lugar onde havia uma outra palavra), escritas sobrepostas (a criança escreve focê, mas em seguida apaga e escreve você), entre outras marcas, que revelam o movimento da criança em relação à língua a ser constituída (Abaurre, 1994). Tais reelaborações fazem referência à terceira posição na aquisição da linguagem, proposta por Cláudia de Lemos. Nessa posição encontramse na escrita da criança reformulações e correções que, segundo a autora, implicam o reconhecimento da unidade a ser substituída e a que vem a substituir. Tal reconhecimento é determinado por um processo identificatório que se dá na linguagem como movimento de assemelhamento à escrita do Outro; representa um deslocamento do escriba em relação à sua própria escrita e à escrita do Outro (Lemos, 1994).

Na escrita apresentada neste estudo, o erro não é sinalizador de uma condição patológica, mas sim efeito do funcionamento da língua, que não corresponde ao desvio da categorização fonética, por sinalizar uma mudança que implica movimento. Em outras palavras, as trocas na escrita apontadas pela

professora não podem ser explicadas do ponto de vista perceptual, pois a escrita, como foi dito anteriormente, não é a simples representação da fala, mas apresenta um funcionamento autônomo e simbólico que, integrado a um sistema – o lingüístico – independe de discriminações perceptuais. No entanto, para o Interacionismo Brasileiro, há um momento no processo de aquisição da escrita cujo uso de formas alternativas para escrever o mesmo decorre do fato de o sentido ser o mesmo para o autor, como pode ser analisado em: *nastacia fiu* por Anastácia viu; *não esgaeseu* por não esqueceu; *Pitrinho, naricinhi, dobenta sairo de carro* por Pedrinho, Narizinho, Dona Benta saíram de carro; e *do nabenta falou* por Dona Benta falou.

Os momentos em que a criança erra na escrita revelam seu assujeitamento em processo por essa modalidade do simbólico, pois, ao ser capturada pela lingua/gem do Outro, escreverá como determina a língua. Na medida em que for aprisionada pela trama da escrita, a escrita da criança se distanciará da singularidade, assemelhando-se à escrita do Outro.

O processo de captura da criança pela língua leva-a a deslocar-se da posição que ocupa em relação à própria escrita. De acordo com Freire (1997 p. 935),

(...) dois fatos levarão a criança a deslocar-se em sua relação com a escrita: um é o que chamaremos de efeito leitor, ou seja, o fato de que o leitor sofre um efeito diverso do esperado pela criança se a sua escrita não for a padrão. Outro é o que chamaremos de efeito leitura, ou seja, o fato de que ao ler a criança se depara com formas escritas que diferem da sua, embora signifiquem o mesmo, ou seja, gerem o mesmo efeito. Estes efeitos a levam a se interrogar e a interrogar o outro, o intérprete da forma padrão. Desta forma, é a interpretação da escrita que re-significa os chamados erros infantis e, aos poucos assujeita a criança à ordem da língua, apagando os traços desses percursos de constituição.

Por sua vez, Smolka (2001), também pesquisadora da aquisição da escrita, não considera a alfabetização apenas como aprendizagem da escrita de letras, palavras e orações, nem tampouco considera o processo de aquisição da escrita como a relação da criança com a mesma, mas enfatiza a constituição de sentidos nesse processo, que se dá somente por meio de uma abordagem discursiva. Para a autora, o que marca a aquisição da escrita infantil é a importância do diálogo entre a criança e o discurso do Outro.



Os estudos relacionados possibilitam a ressignificação do erro na escrita dessa criança, apontando-o como indício do processo de aquisição, que pede apenas interpretação e não formas de superação. E com a ressignificação do erro torna-se possível desmistificá-lo de sua condição patológica.

O assessor em Fonoaudiologia deve questionar as crenças que subjazem às ações dos educadores durante o processo de escolarização, diferenciando tal processo do letramento e da aquisição da escrita, e contribuindo para a alfabetização dos alunos. Assim, o fonoaudiólogo assessor pode redirecionar sua ação de orientação para uma posição de questionador, contribuindo para que a equipe educacional faça reflexões sobre o seu fazer, o que justifica a inserção da Fonoaudiologia no ambiente educacional. Isso com certeza contribuirá para um ambiente escolar centrado em seus objetivos e distanciado do estigma das alterações de linguagem oral e dos problemas de aprendizagem da leitura e da escrita

A proposição de tematizar o erro no processo de aquisição da escrita permitiu a análise crítica da atuação do fonoaudiólogo na escola, pois até então o erro era identificado na triagem fonoaudiológica como indicador de uma condição desviante da linguagem. Ressignificar tal erro na escrita em momentos de assessoria fonoaudiológica com o professor pode ampliar e fundamentar a ação do assessor na escola, contribuindo tanto para a formação do professor como para a viabilização de uma escola mais reflexiva.

Considerações finais

A experiência fonoaudiológica na área educacional apontou que o que incomoda a escola é, como vimos anteriormente, o erro, interpretado como evidência de falhas de outra ordem que a da linguagem e entendido pela assessora-pesquisadora como entidade indicativa do processo de aquisição da escrita infantil.

Tematizar o erro na escrita pelo viés de sua relação com o processo de aquisição da escrita pode ser um, entre vários recortes que o fonoaudiólogo tem à sua escolha para estruturar sua atuação como assessor escolar. Há, no entanto, outras maneiras de conceber a assessoria escolar fonoaudiológica, entre elas podemos citar aquela em que o assessor em Fonoaudiologia atua na elaboração e implementação dos Projetos Escolares.

Este estudo trouxe também à tona alguns princípios que podem contribuir para o redirecionamento da atuação do fonoaudiólogo na escola. Um deles entende a assessoria escolar como momentos de questionamento entre a equipe educacional e o fonoaudiólogo assessor sobre o erro no processo de aquisição da escrita, oportunidade que leva o assessor a trazer para a cena o processo de aquisição da escrita, sustentado por abordagens teóricas e metodológicas. Áreas das Ciências da Linguagem que tomam como objeto a fala e a escrita da criança e apresentam uma outra concepção do processo de alfabetização são lugares teóricos interessantes de serem visitados.

Um outro aspecto enfatizado neste trabalho é que, na assessoria escolar fonoaudiológica, assessor e professor podem criar situações discursivas a serem vivenciadas por alunos e professores como momentos de interdiscursividade, em que a escrita e a leitura sejam alvo da interpretação de todos. Ou seja, entendemos que, nas práticas discursivas, a criança em aquisição de escrita irá escrever e ler de acordo com a sua interpretação e não dentro do previsível, do que é esperado por quem já está no lugar da língua escrita constituída. Essa leitura e a leitura que advém da escuta do professor lhe permitirão identificar a presença de um sujeito e da sua relação com a escrita, um sujeito que lê sem conhecer as letras, mas que atribui algum sentido ao que lhe apresenta.

O assessor em Fonoaudiologia e o professor podem também analisar a escrita de crianças, concebendo-a como algo que pode ainda não ser conhecido, estabilizado, mas que é vivo, em processo (sem etapas predeterminadas), a ser revelado. O erro presente na escrita inicial deve ser tomado como efeito do funcionamento da língua, que implica o movimento da criança diante do seu processo de constituição como sujeito na/da escrita. Isso significa o afastamento da condição patológica do erro e o compromisso do fonoaudiólogo com a área educacional.

Esse compromisso, a nosso ver, refere-se a possíveis contribuições na formação continuada do professor, com o intuito de atribuir novos sentidos à aquisição de escrita dos alunos. A formação continuada se faz necessária, pois é fato que o professor que vê o erro na escrita da criança e não sabe por que isso ocorre encontra-se, na grande maioria das vezes, sozinho, com seus dilemas, sem encontrar explicações ou soluções para o erro. Diante



desse acontecimento começa a colocar as causas do fracasso escolar do aluno no próprio aluno, em sua família ou ainda na escola. Sem o exercício de reflexão sobre a prática, o professor pode não problematizar o erro do aluno afastando a tematização de seus múltiplos aspectos.

Em momentos de assessoria escolar, o fonoaudiólogo tem a oportunidade de auxiliar o professor a responder perguntas e/ou aprofundar o nível das questões levantadas, sendo que ambos serão beneficiados com isso. Dessa forma, o assessor contribui para o deslocamento da escola, criando oportunidade para que ela se torne um lugar onde o Projeto Educacional esteja sob contínuo questionamento.

A assessoria escolar fonoaudiológica pode contribuir para a formação de um professor reflexivo, comprometido com sua profissão, por meio de um trabalho coletivo, compartilhado e cooperativo. E o aprimoramento da formação dos profissionais que trabalham na escola pode contribuir para o apagamento da patologização dos alunos.

Referências

Abaurre MBM. Indícios das primeiras operações de reelaboração nos textos infantis. In: Anais do XLI – Seminários do GEL, 1994; v.1:367-72.

Calheta PP. A assessoria escolar no trabalho com o letramento infantil. In: Anais da 4ª Jornada de Fonoaudiologia do HMCC, 2º Encontro Científico do Curso de Fonoaudiologia da UMESP; São Paulo; 2001. p.23.

Ferreira LP. O fonoaudiólogo e a escola. São Paulo: Summus; 1991.

Freire RM. A metáfora da dislexia. In: Lopes Filho O, organizador. Tratado de fonoaudiologia. São Paulo: Roca; 1997. Giroto CRM. O professor na atuação fonoaudiológica em escola: participante ou mero espectador?. In: Giroto CRM, organizador. Perspectivas atuais da fonoaudiologia na escola. São Paulo: Plexus; 1999. p.24-41.

Lagrotta MGM. A fonoaudiologia nas instituições. São Paulo: Lovise; 1997. p.93-7.

Lemos CTG. Los processos metafóricos y metonímicos como mecanismos de cambio. Substratumm 1992;1(1):121-35.

Lemos CTG (1994). Língua e discurso na aquisição de linguagem. Letras Hoje 30(4):9-28 1995.

Lier-De Vitto MF. Os monólogos da criança: delírios da língua [tese].

Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas; 1994.

Lier-De Vitto MF. Subjetividade e linguagem: um olhar sobre a psicologia do desenvolvimento e a aquisição da linguagem. Distur Comun 1997;9(1):21-33.

Mallmann LP. Algumas reflexões sobre a prática da fonoaudiologia na escola como triagem fonoaudiológica: relato de experiência. J Bras Fonoaudiol 2001;2(6):55-8.

Sacaloski M, Alavarsi E, Guerra GR. Fonoaudiologia na escola. São Paulo: Lovise; 2000.

Souza MA. A atuação preventiva da equipe multidisciplinar na instituição escola. J Bras Fonoaudiol 2002;3(10):20-4.

Smolka ALB. A criança na fase inicial da escrita. São Paulo: Cortez; 2001.

Tfouni L. Alfabetização e letramento. São Paulo: Cortez; 1995.

Recebido em novembro/04; aprovado em junho/05.

Endereço para correspondência

Carolina A. P. Barcellos Avenida Oswaldo Aranha, 500, Vila Celeste, Lorena, SP CEP 12606-000

E-mail: arantes.carol@uol.com.br





Anexo

Escrita da criança

| monteiro Sobato cria varios personogens que visiam suas antura |
|--|
| no Sito do Rapal amarlo. |
| |
| Estava una naerativa, imagino ndo como serám on areenteras |
| The standard to the same of the interest part of |
| Mois se esquea de crior um probama dem interessante para a |
| suo historias não se ugueça do título |
| as oliversols |
| Etrisho e narición e dombento pouro de corro e do nabenta falou |
| - Petrinho você nor esgoven de nada não vo en não foroce noricinho |
| arió uguem de nacia nos entatrom da quiabouro Petri e naricinho |
| faloran. |
| We un unques mirroupa o que no tiscupa la esqueside falor mas |
| rão esqueciachare mas ma boniquinha 20 vo vo vo vo do ocho a |
| petra eles fratoram na pedra erua vio se piru e sorte que |
| estava perto do espectal e sua vo quebrou o braço e foram de |
| torci e quando narlacia fine falou |
| - oque é isa do na Benta você quelou o braço som sim |
| |
| E vivoam folizes para sem Bu |
| |
| |
| |
| Orputon Sand (C) |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| No. of the state o |